

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Para uma qualificação do debate sobre desconcentração industrial¹

<http://dx.doi.org/10.25091/S0101-3300201700020006>

ALEXANDRE ABDAL*

RESUMO

Este artigo insere-se no debate sobre a desconcentração da produção industrial brasileira. Argumenta que não houve, entre 1999 e 2010, uma mudança do padrão estrutural de distribuição regional da indústria. Novas áreas de produção industrial emergiram a partir de extrapolação das áreas tradicionais de localização industrial. As exceções foram espaços de produção da indústria extrativa e de mais baixa tecnologia em poucas áreas das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

PALAVRAS-CHAVE: *indústria; desenvolvimento regional; desconcentração industrial.*

Regional Development in Brazil: Qualifying the Brazilian Debate on Manufacture Deconcentration

ABSTRACT

This article deals with the Brazilian regional development debate and is focused on the analysis of the manufacture localization dynamics. It argues that there was no change in structural patterns of manufacture regional distribution during the period of 1999-2010. The new manufacture sites had mainly developed as spin-offs of the already consolidated manufacture areas. Such new production sites were natural resources intensive and low-technology industries.

KEYWORDS: *Brazil; manufacture; regional development; manufacture deconcentration.*

[*] Faculdade Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil. alexandre.abdal@fgv.br

[1] Este artigo desenvolve uma discussão específica de minha tese de doutorado (Abdal, 2015), orientada pela profa. dra. Marcia Lima.

De sete milhões caiu para dois milhões em poucas semanas, mas dois milhões em dinheiro. Queixava-se de que não sabia como ia comer, teve de se limitar a um ovo no café da manhã. As faces ficaram murchas e os olhos febris. Finalmente, matou-se com um tiro. Achou que ia passar fome com dois milhões. Eram assim os valores. John Steinbeck, A América e os americanos

O presente artigo está inserido no amplo debate sobre a desconcentração industrial brasileira e debruça-se sobre os desdobramentos regionais da retomada do crescimento econômico ocorrido na primeira década dos anos 2000. Visa investigar em que medida e de que modo o período encerrou novas dinâmicas produ-

vas regionais, colocando novas regiões no mapa da indústria brasileira e contribuindo, ou não, para a continuidade do processo de desconcentração industrial, iniciado nos anos 1970.

A sua principal ideia é a de que não houve, no período, uma mudança no padrão estrutural de distribuição espacial da indústria brasileira. Nesse sentido, argumento que a continuidade do processo de desconcentração industrial tendeu à marginalidade, sendo as poucas novas áreas de produção que despontaram no período contíguas e desdobradas das áreas já tradicionais. Exceções, além de poucas, estiveram concentradas na indústria extrativa e nas atividades industriais da indústria de mais baixa tecnologia. As atividades de mais alta tecnologia, por sua vez, permanecem muito concentradas em algumas regiões específicas do Sul-Sudeste.

Essa ideia de manutenção do padrão estrutural da indústria brasileira, em algum sentido, frustra expectativas de uma série de analistas, que esperavam assistir a movimentos desconcentradores mais robustos no período. Ainda mais porque, como sugere o estado da arte do próprio debate, os movimentos mais intensos de desconcentração industrial ocorreram em ciclos de dinamismo econômico e de intensificação dos investimentos, tal qual o ocorrido na primeira década dos anos 2000.

O artigo está estruturado em três seções, além desta introdução e de uma síntese dos resultados e conclusão ao seu final. Na próxima seção, apresento o debate sobre desconcentração da produção industrial brasileira. Depois, trago evidência e discuto a distribuição estrutural da indústria pelo território. Por fim, analiso os padrões locacionais da indústria de transformação por grupos de intensidade de tecnologia e da indústria extrativa. As tabelas e os mapas que subsidiam os argumentos aqui desenvolvidos estão disponíveis na versão digital do artigo.²

[2] Disponível em www.novosespantos.uol.com.br

O DEBATE SOBRE DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL

Diversos autores do campo da economia regional, como Wilson Cano, Carlos Américo Pacheco, Clélio Campolina Diniz e João Saboia,³ centraram as suas análises sobre as consequências regionais do processo de industrialização brasileiro. Embora esses autores apresentem certa divergência quanto às tendências locacionais a partir das reformas econômicas dos anos 1990, eles são unânimes em apontar que até 1970 verificou-se uma tendência à concentração da atividade na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Compartilham a percepção de que, em um contexto de escassez de recursos para a promoção da transformação industrial, típico de países em desenvolvimento, a concentração regional seria a forma mais

[3] Cano (1998); Pacheco (1998); Diniz (1993); Saboia (2001; 2013).

eficiente de alocação desses recursos. Nesse momento, a política industrial e a regional estiveram dissociadas.

Entre 1970 e 1985, a fim de mitigar as então crescentes desigualdades regionais, impulsionadas pelos investimentos do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), políticas específicas de desconcentração produtivas foram levadas a cabo.⁴ Tais políticas favoreceram, em algum grau, a maior parte do território nacional. A RMSP, a partir de então, passou a experimentar crescimento relativamente inferior ao de outras regiões brasileiras, cuja manifestação foi a diminuição da sua participação no produto e manufatura nacionais.

Tanto o primeiro momento (até 1970), caracterizado pela concentração regional da atividade, quanto o segundo (1970 a 1985), caracterizado por desconcentração, estiveram inseridos em um mesmo padrão de desenvolvimento, o *nacional-desenvolvimentista*, cujo horizonte era a integração do mercado nacional. Esse padrão foi marcado por forte intervenção estatal, inclusive sendo o Estado produtor direto, política industrial ativa, definida por substituição de importações, protecionismo e orientação pelo mercado interno, e política regional ativa a partir do final dos anos de 1960, focada na promoção do desenvolvimento fora da RMSP, mas integrado e complementar a ela.

O período entre 1930 e 1985 encerrou a trajetória da construção de uma matriz industrial complexa, relativamente integral e integrada, cujo objetivo era reproduzir os padrões de produção e consumo dos países desenvolvidos. E isso foi feito, embora de forma incompleta e com especificidades. Pelo lado da produção, houve dificuldade para alcançar os mesmos níveis de produtividade do mundo desenvolvido, o que sugere limitações às estratégias excessivamente baseadas na importação de tecnologias e problemas relativos à endogeneização de progresso técnico.⁵ No lado do consumo, a generalização dos padrões de consumo do mundo desenvolvido foi apenas parcial, atingindo parcela diminuta da população, em desdobramento diametralmente inverso do que aconteceu nos EUA e na Europa.⁶

De 1985 até meados dos anos 1990, a crise de financiamento do Estado brasileiro, expressão mais aguda da crise do Estado desenvolvimentista,⁷ e os processos de abertura comercial, desregulamentação da economia, privatizações e estabilização monetária implicaram alteração substancial da estratégia histórica de desenvolvimento nacional. As estratégias nacional-desenvolvimentistas foram abandonadas, ao mesmo tempo em que alternativas para a crise do Estado desenvolvimentista brasileiro foram sendo tateadas até que uma forma específica de integração internacional foi levada a cabo. Essa forma específica pode ser caracterizada como uma *estratégia de integração competitiva ao sistema econômico internacional*, na qual a construção daquela matriz industrial integral e integrada cede lugar

[4] Políticas de fomento à indústria extra-RMSP já vinham sendo feitas desde o final dos anos 1960. Destaco as superintendências para o desenvolvimento do Nordeste e Amazônia (Sudene e Sudam) e a Zona Franca de Manaus (ZFM). Sem o foco industrial, menciono Brasília e os programas de colonização da Amazônia e Centro-Oeste.

[5] Evans, 1982; Lipietz, 1988; Arbix, 2010.

[6] Lipietz, 1988; Furtado, 2000.

[7] Sallum Jr., 1996.

à construção e manutenção de especializações nas atividades em que se dispõe de vantagens comparativas.⁸

Nesse novo contexto, caracterizado por uma alteração significativa no padrão de intervenção estatal, agora voltado para a integração internacional da economia brasileira, para a liberação das forças de mercado e para a minimização do intervencionismo de tipo desenvolvimentista, o desenvolvimento de cada região foi abandonado à própria sorte. Não havia mais um ator para comandar, regular ou coordenar o desenvolvimento. Se, do ponto de vista das empresas um forte processo de reestruturação produtiva com vistas à manutenção da competitividade e caráter defensivo se impôs; do ponto de vista regional uma competição por recursos e investimentos começou a tomar forma.

A reestruturação produtiva⁹ se caracterizou por um rápido processo de modernização tecnológica das empresas, via importação de máquinas e equipamentos, alavancado pelo contexto macroeconômico do Plano Real: moeda estável, altas taxas de juros e câmbio valorizado. A reestruturação encerrou uma tendência de aumento da produtividade desacompanhada de aumento do nível de emprego, cujos principais determinantes foram a externalização de atividades não ligadas ao centro da produção, a introdução de novas formas de organização da produção e a eliminação de linhas e produtos menos competitivos.

Já o movimento de disputa interregional por recursos e investimentos resultou de um processo de desresponsabilização do Estado nacional pelo desenvolvimento regional, com a consequente responsabilização dos estados e municípios pelos seus respectivos destinos econômico-produtivos. Essa transferência de responsabilidades, ao mesmo tempo em que promoveu o deslocamento do lugar das políticas de desenvolvimento, foi acompanhada por uma mudança de foco: do combate às desigualdades regionais, passou-se à promoção da competitividade regional, mesmo que isso implicasse novos desequilíbrios e uma competição nada salutar por recursos e investimentos.¹⁰ As praticamente únicas ações de política regional, se é que podem ser assim chamadas, foram (e ainda são) de iniciativa municipal ou estadual e consistiram naquilo que se convencionou chamar *guerra fiscal*.¹¹

Em termos macroestruturais, a configuração regional que emerge dos anos de 1980 e se mantém nos anos de 1990 é descrita por Clélio Campolina Diniz¹² mediante a tese do desenvolvimento poligonal. Segundo ela, um polígono demarcado por Belo Horizonte, Uberlândia, Maringá, Porto Alegre, Florianópolis e São José dos Campos concentrou a maior parte da desconcentração industrial da RMSP e dos novos investimentos (Figura 1). Entre as causas dessa concentração, todas enraizadas nas duas últimas décadas do ciclo nacional-desenvolvimentista, Diniz destaca as deseconomias de aglomeração¹³ surgidas na RMSP, a atuação do

[8] Sallum Jr., 1999.

[9] Uma síntese do debate pode ser encontrada em Abdal (2009).

[10] Markusen, 1999; Brenner, 2004; Diniz; Crocco, 2006; Healey, 2010.

[11] Arbix, 2001; Nascimento, 2008.

[12] Diniz, 1993; 2002.

[13] Deseconomias de aglomeração: “[...] conjunto de variáveis, entre as quais [...] custos de transporte, de terrenos, de serviços e de infraestrutura urbana, incluindo-se outras que provocam alteração na organização da produção e na sua produtividade, como ampliação do poder sindical [...], questões ambientais [...] etc.” (Negri, 1996, p. 15).

[14] Azzoni, 1986; Abdal, 2009; Dias, 2013.

[15] Abdal; Torres-Freire; Callil, 2014.

[16] Diniz; Diniz, 2004; Comin; Amitrano, 2003.

[17] Abdal, 2010; Comin, 2012.

[18] Pacheco, 1998.

Estado com viés desconcentrador, a expansão da fronteira agromineral, a integração do mercado nacional e a concentração da renda e da CT&I.

Internamente ao polígono, pelo menos um território merece destaque: a Macrometrópole Paulista.¹⁴ Formada pelas regiões do entorno da RMSP, em um raio de até 150 quilômetros a partir do centro da cidade central, constitui um amplo espaço econômico territorialmente integrado e inscrito em uma mesma dinâmica econômica. É intensivo em atividades industriais que lidam mais diretamente com tecnologia e se beneficia da centralidade exercida pela capital paulista.¹⁵ A RMSP, com destaque para a capital, manteve-se como significativo polo da indústria nacional e ampliou as funções de organização e comando da economia nacional.¹⁶ Também firmou-se como principal ponto de contato da economia nacional com a internacional e como o mais importante polo nacional de serviços especializados.¹⁷

Fora da área do polígono, a maior parte do desenvolvimento consistia, por um lado, em investimentos industriais pontuais, majoritariamente, voltados para o exterior e puxados pela demanda externa, com baixo potencial de geração de encadeamentos locais, levando Carlos Américo Pacheco¹⁸ a caracterizá-los como *ilhas de produtividade* e assumindo-os como *fragmentadores da nação*. Por outro lado, consistia em investimentos destinados à exploração de recursos naturais, como extração mineral (petróleo e ferro) e à expansão da fronteira agrícola, com destaque para o agronegócio.

Sobre as teses do desenvolvimento poligonal e da fragmentação da nação, provavelmente as interpretações mais significativas do debate produzidas nos anos 1990, privilegio os seus pontos de contato. Da perspectiva temporal, o polígono expressa o padrão de distribuição espacial da produção industrial resultante dos anos 1970 e 1980. É estruturado por processos passados e estruturante de processos futuros, pois concentrou *ativos pró-aglomeração*. Quanto menor for a atuação estatal, ou de outros atores não estatais, no sentido de prover estímulos à desconcentração, maior tenderá a ser a capacidade do polígono em condicionar os processos presentes e futuros de desenvolvimento regional.

A fragmentação, por sua vez, é uma resultante possível de causas já presentes nos anos 1980, mas que foram aprofundadas a partir das reformas econômicas dos anos 1990. Como encerra ligações diretas entre regiões e mercados externos, é perspectiva de futuro a partir de análise do presente. O polígono e os padrões espaciais que encerra são *medidas de estoque*, enquanto a fragmentação e os padrões espaciais que sugere são *medidas de fluxo*.

Além disso, a tese da fragmentação traz a ideia de que a qualidade da inserção externa da economia brasileira é o elo que unifica e significa os processos de desenvolvimento regional e de desconcentração industrial.

O resultado é que o horizonte da integração do mercado nacional ficou estreito demais para a interpretação das dinâmicas regionais e locais. Conjuntamente com ele, um horizonte mais amplo deve ser integrado à análise, o da integração internacional da economia brasileira.

Três conjuntos de processos, relativamente independentes entre si, mas, cada um a sua maneira, exercendo pressão sobre as possibilidades e limites da marcha da desconcentração industrial e do desenvolvimento regional, são relevantes. O primeiro diz respeito à reorganização da economia internacional, propiciada pela expansão chinesa, e à melhora do ambiente externo nos anos 2000. Nessa perspectiva, a economia brasileira reposiciona-se em termos relativamente favoráveis, mas não sem ambiguidades. Se, por um lado, o Brasil foi amplamente beneficiado pela expansão da demanda chinesa por *commodities*, por outro lado, o apetite chinês por exportações de bens manufaturados de crescente valor agregado pressiona a indústria brasileira.¹⁹

O segundo tem a ver com a consolidação do chamado *tripé macroeconômico* (câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário), a partir de 1999. Mariano Laplane e Fernando Sarti²⁰ apontam a insustentabilidade da combinação entre veloz abertura econômica e manutenção do câmbio valorizado. Tal arranjo implicava dependência de financiamento externo, dada a imposição sistemática de déficits comerciais, mais expressivos nos momentos de expansão da indústria, crescentemente dependente de máquinas, equipamentos e insumos importados.²¹ Com a desvalorização cambial, a economia brasileira voltou a experimentar superávits comerciais, os quais foram significativos ao longo da década, e, a partir de 2005, se combinaram com um renovado dinamismo do mercado interno e condicionaram uma elevação consistente do dinamismo econômico.²²

Finalmente, o terceiro conjunto de processos refere-se à construção de um novo padrão de ativismo pelo Estado brasileiro. Nem nacional-desenvolvimentismo nem fundamentalismo de mercado, esse novo ativismo,²³ ou novo-desenvolvimentismo,²⁴ se caracterizou por padrão de intervenção estatal pautado pela combinação entre a criação de novas instituições e marco legal para o desenvolvimento, majoritariamente orientados para a inovação e competitividade, compatíveis com uma economia aberta e uma democracia representativa. Essa combinação foi materializada na e pela vinculação entre política industrial e social, possibilitando crescimento econômico com diminuição da pobreza—algo inédito na trajetória brasileira de desenvolvimento.

Da perspectiva regional, o contexto dos anos 2000 trouxe uma dose de indeterminação para as perspectivas de desenvolvimento regional. Indeterminação no sentido de possibilidades de alteração do padrão herdado da década anterior. Primeiro, porque a ausência

[19] Barbosa, 2011.

[20] Laplane; Sarti, 2006.

[21] Sallum Jr., 1999.

[22] Entre 1999 e 2004 o crescimento médio anual do PIB brasileiro foi de 1,9%. Entre 2004 e 2010 foi de 4,5% (Fonte: IBGE/Contas nacionais. PIB em reais, preços correntes).

[23] Arbix; Martin, 2010.

[24] Bresser-Pereira, 2012.

de uma política regional efetiva, focada na desconcentração da produção industrial ampla e explícita não necessariamente garante a manutenção do padrão anterior, no qual as localidades mais bem dotadas de atributos capazes de atrair e manter a atividade econômica são privilegiados. Fatores como oportunidades abertas pela dinâmica da economia internacional, investimentos estatais em infraestrutura básica e de logística, em CT&I e em formação de mão de obra e/ou expansão da renda em regiões menos privilegiadas implicam potencial desconcentrador.

Depois, porque, historicamente, os movimentos mais intensos de transformação das estruturas produtivas regionais se fizeram em momentos de dinamismo econômico e a partir de novos investimentos.²⁵ Com exceção da cidade de São Paulo, os movimentos mais amplos de desconcentração industrial no Brasil não se fizeram pela desmobilização de investimentos. Assim, houve, no período analisado, novidades do ponto de vista das dinâmicas produtivas regionais? Ou ocorreu algum tipo de continuidade daquele processo de desconcentração da produção? Se sim, com quais características? Há diferenças entre as várias atividades quanto aos seus padrões espaciais? Regiões de fora do polígono entraram no mapa da indústria brasileira?

O PADRÃO ESTRUTURAL DE DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Esta seção apresenta e discute uma série de informações, a maioria espacializada, a respeito da distribuição espacial da indústria brasileira. Intento, em primeiro lugar, argumentar como a estrutura mais geral da distribuição espacial da indústria pouco se alterou no período de interesse. Depois, que os padrões setoriais de localização da indústria são díspares entre si. Se a primeira discussão remete a dúvidas a respeito da continuidade do processo de desconcentração industrial, a segunda sugere maior potencial desconcentrador na indústria extrativa e nos setores mais tradicionais.

As fontes utilizadas são o produto interno bruto municipal (PIB-M/IBGE)²⁶ e a Relação Anual de Informações Sociais (Rais/MTE).²⁷ A consideração conjunta de ambos é interessante porque permite, aos estudos regionais, combinar o indicador mais preciso de valor adicionado (VA), porém menos desagregável do PIB-M, com o indicador menos preciso de população ocupada formal, porém mais desagregável da Rais. Neste artigo, especificamente, enquanto o indicador de VA industrial, proveniente do PIB-M, permite observar a distribuição estrutural da atividade industrial,²⁸ é só a partir dos dados de mão de obra formal, provenientes da Rais, que se pode desagregar a indústria em diferentes ramos de atividade.

[25] Diniz, 1993; Pacheco, 1998; Cano, 1998.

[26] IBGE, 2017.

[27] Brasil, 2017.

[28] Indústria de transformação, indústria extrativa e construção civil.

Comentarei a classificação de atividades mais à frente, quando da discussão da evidência trazida da Rais.

A unidade de observação é o município, e a forma principal de apresentação das informações é a cartografia. O recurso à desagregação máxima, o município, permite iniciar a análise sem depender de uma seleção *a priori* de agregados mais ou menos *artificiais* de unidades, internamente heterogêneos. O trabalho de identificação e delimitação de territórios é, assim, ponto de chegada.

Dois tipos de cartografias foram construídos. Um, de círculos proporcionais, traz a concentração absoluta do indicador, outro, coroplético, traz o saldo desse mesmo indicador. Enquanto o primeiro informa a distribuição estrutural do indicador, sugerindo, no presente, o resultado da sedimentação de tendências passadas, o segundo indica variações atuais na sua distribuição, sugerindo tendências em curso. Enquanto o primeiro aponta para o presente, o segundo aponta para o futuro.

A Tabela 1 traz o VA industrial por regiões e estados selecionados para o período 1999-2009. Esse primeiro conjunto de dados sugere uma desconcentração reduzida da indústria, tendendo à estabilidade. Chama a atenção a (manutenção da) alta concentração no Sudeste e Sul: em 2010 concentravam 42% e 14,5% da população;²⁹ em 2009, eram responsáveis por 55% e 16,5% do PIB e 58% e 18% do VA industrial.

Do ponto de vista temporal, o Sudeste obteve queda de participação relativa na indústria nacional de 3,5 pontos percentuais, e o Sul ganhou de 0,2 ponto. Além do Sul, o recuo do Sudeste foi distribuído entre Nordeste, Norte e Centro-Oeste, com avanços de, respectivamente, 0,7, 1,3 e 1,5 ponto percentual. Tal perda de participação relativa do Sudeste no VA industrial foi puxada pelo estado de São Paulo³⁰ (redução de 5,5 ponto percentual). Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo atenuam a retração, sugerindo que parte significativa da participação perdida ficou no Sudeste. No Sul, apenas Santa Catarina teve algum avanço: 0,4 ponto percentual. No Nordeste, só Bahia goza aumento de participação. No Norte, Amazonas (Manaus), Pará e Tocantins (de 0,0% para 0,4%). No Centro-Oeste, Goiás. Como se vê, a retração da participação relativa de São Paulo no VA industrial nacional foi fragmentada entre a maioria dos estados, com parte considerável permanecendo no próprio Sul-Sudeste (e Goiás) ou Norte (Amazonas, Pará e Tocantins).

As Figuras 2 a 4 permitem o refinamento da análise a partir da assunção dos municípios como unidade de análise. Três padrões gerais podem ser explicitados. O primeiro diz respeito ao caráter concentrado da indústria em três eixos: 1) Sul-Sudeste e Goiás-Brasília; 2) faixa litorânea; e 3) principais capitais e seus entornos metropolitanos. Mais do que se sobreporem um ao outro, esses três eixos se complementam.

[29] Censo Demográfico, IBGE.

[30] E, dentro do estado, a capital paulista foi a principal responsável, representando, aproximadamente, 80% daquela redução de 5,5 pontos percentuais. Sua participação relativa recuou de 13,3% para 8,9% entre 1999 e 2009. Não entendo, contudo, tal processo como *desindustrialização*, apesar de ele ter encerrado perda de musculatura industrial. Em outro trabalho (Torres-Freire *et al.* 2012), defendo que os *acalorados* debates sobre uma possível desindustrialização seguida da constituição de uma metrópole de serviços são estéreis: os grandes rótulos escondem quais indústrias permaneceram viáveis e competitivas e quais serviços se desenvolveram na cidade.

TABELA I

Distribuição do valor adicionado pela indústria segundo grandes regiões e estados selecionados, Brasil, 1999-2009.

	1999	2009
NORTE	4,0%	5,3%
Amazonas	1,8%	2,3%
Pará	1,6%	2,0%
NORDESTE	11,5%	12,2%
Bahia	4,2%	4,6%
Pernambuco	2,0%	2,0%
Ceará	1,9%	1,9%
SUDESTE	61,8%	58,2%
São Paulo	40,9%	35,3%
Rio de Janeiro	9,6%	10,6%
Minas Gerais	9,4%	10,1%
SUL	18,4%	18,6%
Rio Grande do Sul	7,3%	7,4%
Paraná	6,5%	6,3%
CENTRO-OESTE	4,2%	5,7%
Goiás	1,8%	2,7%
Brasil	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir do PIB-M/IBGE. PIB a preços correntes (reais).

O segundo ponto, derivado do anterior, tem a ver com as significativas diferenças intrarregionais. Poucos estados possuem *atividade relevante*, entendida a relevância como capacidade de suscitar círculos visíveis na representação, exclusive capital e entorno metropolitano. Os casos do Amazonas, da Bahia, do Ceará e de Pernambuco são ilustrativos. Fogem ao padrão os estados com sistemas urbanos e parques industriais mais densos: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná.

Por fim, observa-se a (quase) manutenção do padrão distributivo da atividade no período. Apesar de diferenças pontuais importantes, a alteração do padrão herdado é tímida e ocorre mais por transbordamento ou expansão a partir de áreas já consolidadas do que por criação de novas áreas. Portanto, parece não ter havido, no período, mudança estrutural do padrão de distribuição da indústria brasileira.

Um primeiro território a ser destacado é a *região expandida da dorsal*.³¹ Composta por dois corredores, um partindo de São Paulo no sentido norte (São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto, Uberlândia, Goiânia, Brasília) e outro partindo de São Paulo no sentido leste (São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória), abarca, além do Distrito Federal, regiões específicas dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas e Goiás e abraçando o sudeste, o sul e o sudoeste de Minas Gerais. Internamente ao território mineiro, configurando visualmente o centro de um meio círculo de compasso, há a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Somando a RMBH com a região expandida da dorsal, chega-se à *porção norte* do polígono. Essa somatória incorpora duas áreas distintas, com importantes diferenças: um eixo de expansão no sentido norte, composto pelo corredor Uberlândia–Goiânia–Brasília, e, outro, ao norte do estado do Rio de Janeiro rumo a Vitória (ES), que inclui as regiões produtoras de petróleo e gás natural da Bacia de Campos.

Ao sul do polígono destaque para dois espaços. Um, o corredor litorâneo Curitiba–Florianópolis, no centro sul do polígono, incluindo importantes cidades com produção industrial, como São José dos Pinhais e Paranaguá (porto), no Paraná; e Joinville, Jaraguá do Sul, Blumenau e Itajaí, em Santa Catarina, além das capitais desses estados: Curitiba e Florianópolis.

O outro espaço está situado na periferia da *porção sul do polígono* e consolida uma importante área de transbordamento. Engloba as regiões oeste dos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, a norte do Rio Grande do Sul e a sudeste do Mato Grosso do Sul. Inclui municípios como Presidente Prudente e Araçatuba (SP), Foz do Iguaçu e Cascavel (PR), Chapecó (SC), Erechim (RS) e Campo Grande, Dourados e Três Lagoas (MS).

Fora do polígono, alguns polos industriais merecem destaque. Começando por aqueles consolidados antes do período analisado, cito as regiões metropolitanas de Salvador (RMSAL), Recife (RMRE) e Fortaleza (RMFOR), no Nordeste, e Belém (RMBEL) e Manaus, no Norte, além das demais capitais. Vale notar o desempenho, sobretudo, de Manaus e RMSAL. Em Manaus é a própria capital que sobressai, cuja participação no VA industrial avançou aproximadamente 25% no período. Na RMSAL, o crescimento dessa participação foi polarizado pelo entorno metropolitano, principalmente Camaçari, São Francisco do Conde e Lauro de Freitas. Sublinho, contudo, que todos esses polos possuem ignição em períodos anteriores ao aqui analisado e que, no período, não ensejaram nenhum tipo de transbordamento espacial.

Passando para os *novos polos* (Figuras 5 a 7), a maior parte deles ainda em processo de consolidação, chamo a atenção para regiões que serão consideradas *áreas de expansão industrial*. A primeira é uma

[31] Dorsal: eixo São José dos Campos, ABC, Campinas, São Carlos e Ribeirão Preto, produtivamente diversificado e intensivo em indústrias de mais alta intensidade tecnológica (Abdal, Torres-Freire; Callil, 2014).

macroárea de expansão industrial, composta por municípios do Centro-Oeste, Tocantins e Pará. Dentro dela, o principal vetor de expansão é o corredor Uberlândia–Goiânia–Brasília, que compõe um dos eixos de expansão da região expandida da dorsal. Além das próprias capitais, Goiânia e Brasília, destaque: Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Nerópolis, na Região Metropolitana de Goiânia (RMGO); Luziânia, Águas Lindas de Goiás e Valparaíso de Goiás na de Brasília (Ride-DF); e Catalão (GO), na divisa com Minas.

Precariamente captado pelo mapa de distribuição estrutural do VA industrial, mas bastante nítido no mapa de saldo, esse corredor continuaria ao norte, incorporando municípios do Tocantins e do sudeste do Pará. A partir de uma base industrial inicial praticamente nula, municípios do Tocantins, como Palmas, Miracema do Tocantins, Araguaína, Peixe e Gurupi experimentaram expansão industrial. O mesmo vale para o crescimento dos municípios de Parauapebas e de seu entorno no sudeste do Pará.

A segunda área de expansão envolve um território relativamente menor, mas igualmente relevante. Corresponde ao segundo eixo de expansão da região expandida da dorsal, o corredor Rio de Janeiro–Vitória. Encerra a recuperação industrial do estado do Rio de Janeiro, em grande parte impulsionada pelas atividades relacionadas à extração de petróleo e gás natural. Os protagonistas, além das metrópoles fluminense e capixaba, são Macaé e Campos dos Goytacazes.

A Figura 8 sintetiza a discussão precedente. Saliento a distribuição bastante concentrada da produção industrial no Brasil, a qual tendeu à estabilidade estrutural no período. Os principais eixos de localização permanecem como o polígono, a faixa litorânea e as grandes cidades e seus entornos metropolitanos. E a emergência de novas áreas industriais esteve, majoritariamente, integrada ao polígono, constituindo áreas de transbordamento ou expansão.

OS PADRÕES LOCACIONAIS DA MANUFATURA

SEGUNDO INTENSIDADE TECNOLÓGICA E DA INDÚSTRIA EXTRATIVA

Passo, agora, para a consideração da evidência proveniente da Rais e para a observação e análise do padrão de localização de cada segmento de atividade industrial. A divisão setorial da indústria adotada é a classificação da atividade por intensidade de tecnologia e conhecimento.³² Baseando-se em tipologias da Organização Mundial do Comércio (OMC) e adaptando-a para a realidade brasileira, a classificação agrupa a indústria de transformação em quatro segmentos de intensidade tecnológica, mensurada pelos gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) a partir das Pesquisas de Inovação (Pintec/IBGE) de 2000 a 2008. Resultado:

[32] Ver Abdal, Torres-Freire e Callil (2016).

- **Indústria de alta intensidade tecnológica.** Fármacos, automotores, aeronáutica, equipamento médico-hospitalar e odontológico (EMHO), eletroeletrônicos, aparelhos de comunicação, petróleo (refino e derivados).
- **Indústria de média-alta intensidade tecnológica.** Autopeças e reparação de motores, borracha e plástico, celulose, fumo, máquinas e equipamentos, químicos e produtos diversos: brinquedos, esportivos, instrumentos musicais e joias.
- **Indústria de média-baixa intensidade tecnológica.** Couro e calçados, móveis, material bélico, metalurgia e siderurgia, papel e embalagens, produtos de metal e minerais não metálicos.
- **Indústria de baixa intensidade tecnológica.** Alimentos, bebidas, têxtil e vestuário, coque, biocombustíveis, metais não ferrosos, gráfica, madeira e reparação de máquinas e equipamentos.

O indicador privilegiado é o quociente locacional (QL). O QL³³ compara duas estruturas setoriais-espaciais a fim de identificar níveis desproporcionais de concentração regional da atividade, sendo a sobrerrepresentação setorial interpretada como especialização produtiva. Embora seja tradicional na economia regional, o seu uso não significa uma medida livre de contradições. As mais importantes estão relacionadas a uma hipersensibilidade do índice ao tamanho das unidades de análise. Dado o diagnóstico de manutenção da distribuição espaço-estrutural da produção industrial apresentarei cartografias com números absolutos e QLS apenas para o ano de 2010 (Figuras 9 a 14).

As tabelas a seguir trazem a distribuição dos quatro segmentos manufatureiros e extrativo por regiões e estados selecionados (Tabelas 2 e 3).³⁴ Nelas, é possível observar a sua fortíssima presença no Sudeste, com destaque para São Paulo, com importância em todos os segmentos classificados, e para o Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com participações relevantes em pelo menos três das quatro indústrias. Sobre o Sudeste, pontuo um movimento mais ou menos generalizado, mas de magnitude não muito grande e mais intenso entre 1999-2005, de perda de participação.

De um ponto de vista mais sensível aos setores, chamo a atenção para o peso relativo muito desproporcional do Sudeste nas indústrias de alta e média-alta intensidade tecnológica. Apesar de ter experimentado perdas de cerca de quatro pontos percentuais entre 1999 e 2005, o Sudeste manteve, em 2010, quase dois terços dos ocupados formais nessas duas indústrias. O tamanho do Sudeste também era desproporcional na indústria extrativa.

Já nas indústrias de mais baixa intensidade, a participação relativa do Sudeste, e a de São Paulo, embora tenha decrescido menos do que

[33] Para o cálculo do QL, ver Haddad (1989).

[34] O período temporal abarcado pelas tabelas foi subdividido em 1999-2005 e 2006-2010 devido a mudanças na classificação da atividade econômica adotada pela Rais, as quais tornam os intervalos não diretamente comparáveis entre si.

TABELA 2

Distribuição da População Ocupada (PO) por segmentos industriais e macrorregião, Brasil, 1999-2005 e 2006-2010.

		1999		2005		2006		2010	
Alta	Norte	23.119	3,7%	52.516	9,2%	53.459	9,0%	61.258	8,0%
	Nordeste	22.167	3,5%	29.711	5,2%	30.374	5,1	45.512	6,0
	Sudeste	454.965	72,3%	391.338	68,9%	398.868	67,5%	497.875	65,2%
	Sul	120.668	19,2%	82.078	14,6	95.568	16,2%	138.258	18,1%
	Centro-Oeste	8.209	1,3%	11.628	2,0%	12.466	2,1%	21.069	2,8%
Média-alta	Norte	10.774	1,6%	30.197	2,4%	25.850	2,1%	30.162	1,9%
	Nordeste	46.983	6,9%	80.886	6,4%	88.807	7,1%	103.926	6,5%
	Sudeste	471.037	69,0%	818.137	64,8%	817.368	64,9%	1.029.452	64,4%
	Sul	143.339	21,0%	309.971	24,6%	302.832	24,0%	399.892	25,0%
	Centro-Oeste	10.366	1,5%	22.878	1,8%	24.559	2,0%	35.084	2,2%
Média-baixa	Norte	16.243	1,4%	30.318	2,0%	31.778	2,1%	43.999	2,3%
	Nordeste	122.222	10,6%	201.660	13,4%	212.081	13,8%	300.927	15,8%
	Sudeste	626.421	54,2%	771.682	51,2%	792.571	51,5%	954.486	50,2%
	Sul	359.535	31,1%	454.527	30,2%	451.356	29,3%	531.416	27,9%
	Centro-Oeste	30.301	2,6%	47.753	3,2%	51.122	3,3%	71.461	3,8%
Baixa	Norte	74.040	3,8%	111.114	4,2%	111.782	4,2%	121.004	3,7%
	Nordeste	326.523	16,6%	448.828	16,9%	448.089	16,9%	561.905	17,3%
	Sudeste	944.866	47,9%	1.170.990	44,2%	1.169.124	44,2%	1.431.183	44,0%
	Sul	502.261	25,5%	724.402	27,3%	714.960	27,0%	872.498	26,8%
	Centro-Oeste	124.571	6,3%	194.363	7,3%	201.463	7,6%	265.756	8,2%
Extrativa	Norte	4.781	4,9%	9.465	6,4%	11.761	6,6%	19.366	9,2%
	Nordeste	16.909	17,4%	23.764	16,1%	32.948	18,5%	35.576	16,8%
	Sudeste	56.976	58,6%	89.476	60,6%	107.396	60,4%	122.664	58,1%
	Sul	12.812	13,2%	16.015	10,9%	16.275	9,2%	20.823	9,9%
	Centro-Oeste	5.831	6,0%	8.840	6,0%	9.472	5,3%	12.787	6,1%

Fonte: Elaboração própria a partir da Rais/MTE.

TABELA 3

Distribuição da População Ocupada (PO) por segmentos industriais e estados selecionados, Brasil, 1999-2005 e 2006-2010.

		1999		2005		2006		2010	
Alta	São Paulo	361.634	57,5%	284.856	50,1%	305.359	51,7%	365.768	47,9%
	Rio de Janeiro	42.200	6,7%	52.930	9,3%	42.948	7,3%	66.426	8,7%
	Amazonas	21.786	3,5%	51.171	9,0%	52.086	8,8%	59.701	7,8%
Média-alta	São Paulo	363.251	53,2%	646.475	51,2%	641.591	50,9%	800.140	50,1%
	Rio Grande do Sul	69.756	10,2%	139.930	11,1%	131.962	10,5%	177.935	11,1%
	Minas Gerais	55.628	8,2%	97.122	7,7%	103.748	8,2%	140.848	8,8%
Média-baixa	São Paulo	385.223	33,4%	479.443	31,8%	487.762	31,7%	580.904	30,5%
	Rio Grande do Sul	207.757	18,0%	251.560	16,7%	245.713	16,0%	269.920	14,2%
	Minas Gerais	147.337	12,8%	185.922	12,3%	194.542	12,6%	239.527	12,6%
Baixa	São Paulo	580.366	29,4%	718.594	27,1%	719.977	27,2%	883.214	27,2%
	Santa Catarina	193.668	9,8%	280.296	10,6%	280.337	10,6%	340.128	10,5%
	Minas Gerais	201.010	10,2%	281.011	10,6%	274.570	10,4%	338.300	10,4%
	Paraná	172.498	8,7%	269.399	10,2%	267.721	10,1%	328.734	10,1%
Extrativa	Minas Gerais	25.803	26,5%	38.542	26,1%	44.288	24,9%	50.027	23,7%
	Rio de Janeiro	10.620	10,9%	22.309	15,1%	37.201	20,9%	41.460	19,6%
	Pará	2.806	2,9%	5.494	3,7%	7.640	4,3%	14.225	6,7%

Fonte: Elaboração própria a partir da Rais/MTE.

para as indústrias de mais alta tecnologia, já era menos acachapante no início do período. Se, para a de média-baixa, a sua participação no setor oscilou entre um pouco mais da metade dos empregos e metade; para a de baixa, o peso relativo do Sudeste era de *apenas* 44% em 2010.

O polígono e a sua área de transbordamento permanecem como os principais eixos de localização das indústrias de mais alta intensidade tecnológica (Figuras 9 e 10). Concentrações importantes podem ser verificadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul—além de Manaus, seguido pelas RMSAL, RMRE e RMFOR, com presença da indústria de alta. Destaque deve ser conferido para a região expandida da dorsal, em eixo que une localidades do circuito Rio de Janeiro—São Paulo—Campinas—Ribeirão Preto a Uberlândia—Goiânia—Brasília e que concentra a grande maioria das especializações produtivas nessas duas indústrias.

Sobre os padrões espaciais mais gerais das indústrias de alta e média-alta intensidade indico a sua distribuição espacial ser, simultaneamente, *concentrada e seletiva*. Concentrada porque são muito poucas as especializações produtivas nessas indústrias (evidência: municípios com QL maior que um). Seletiva porque é enorme o número de municípios sem registro de emprego nessas indústrias (evidência: espaços em cinza). Tal fenômeno é típico das indústrias de mais alta intensidade tecnológica e, conforme será visto mais adiante, rareia no sentido da diminuição da intensidade de tecnologia.

A indústria de média-baixa intensidade tecnológica (Figuras 11 e 12) também está majoritariamente concentrada no Sul-Sudeste, com destaque para a quantidade expressiva de concentrações produtivas da região do polígono e na sua área de transbordamento sul. Agora e apesar desse fato, que a aproxima das indústrias de mais alta intensidade de tecnologia, a indústria de média-baixa possui baixa seletividade: muitas cidades, inclusive no Centro-Oeste, Norte e Nordeste, apresentam algum emprego no segmento.

Vale notar, também, que as especializações produtivas nessa indústria, vis-à-vis as indústrias anteriores, são em maior número, mais interioranas e menos metropolitanas. E, principalmente, a emergência de especializações produtivas no Nordeste, nem todas no litoral, nem todas dependentes de alguma das três metrópoles nordestinas. Há aglomerados de municípios com QLs superiores a 1 no sul da Bahia, a oeste da RMSAL, em Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

O padrão espacial da indústria de baixa intensidade de tecnologia (Figuras 13 e 14) aprofunda e consolida a transição anunciada por ora da consideração da indústria de média-baixa. Concretamente: maior dispersão regional, baixa seletividade locacional e tendência à fuga das áreas metropolitanas e grandes cidades, em padrão mais interiorizado e pouco metropolitano.

O Sudeste (e o estado de São Paulo) conta com a sua mais baixa participação em uma indústria, enquanto que as demais regiões apresentaram parques relevantes e com tendência de crescimento. A seletividade desse segmento industrial é bastante reduzida, a ponto de quase não existir municípios com zero ocupado formal. Os poucos espaços nessas condições estão majoritariamente concentrados no Norte-Nordeste: Amazonas, Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia.

O padrão de distribuição espacial da indústria de baixa é o mais disperso, embora o polígono e imediações ainda figurem como o principal contendor de especializações produtivas. A maior parte dos municípios nessas condições está localizada fora das áreas metropolitanas, podendo ser encontrados, por exemplo, no centro do corredor

Curitiba–Florianópolis, no corredor Uberlândia–Goiânia–Brasília, na área de transbordamento sul do polígono, em Alagoas, Ceará, Pernambuco, região metropolitana de Belém etc.

Apesar de a indústria extrativa não ter sido classificada por intensidade de tecnologia e de possuir determinantes locacionais específicos, relacionados à disposição dos recursos naturais no território, a sua análise importa. Primeiro, porque possui desempenho recente diretamente relacionado à emergência das duas áreas de expansão do polígono, sobretudo, do corredor Rio de Janeiro–Vitória. Depois, porque encerra uma distribuição regional bastante concentrada e seletiva, porém em sentido diverso do que ocorre para as indústrias de maior intensidade tecnológica.

A observação das Figuras 15 e 16 sugere a existência de um grande espaço de produção, fundamentado na extração de minério de ferro, em Minas Gerais, e na de petróleo e gás, no Espírito Santo e Rio de Janeiro, conformado pelo triângulo RMBH/Itabira–Macaé–Vitória. Além desse espaço, destaque também para a extração de minério de ferro no polo de Parauapebas (PA) e nos estados de Goiás, Bahia e Rio Grande do Norte. Sublinho que parte importante de seu dinamismo está associado à emergência de novos polos de extração-produção fora do eixo poligonal, sobretudo nos corredores Norte e Rio de Janeiro–Vitória. Ela está, portanto, diretamente relacionada aos eixos de expansão do polígono.

SÍNTESE DOS RESULTADOS

Não identifiquei, no período entre 1999 e 2010, movimentos mais intensos de desconcentração da atividade industrial no Brasil que implicassem mudança estrutural do padrão de distribuição espacial da indústria. Ao contrário, os novos espaços produtivos foram criados e consolidados, sobretudo, a partir de desdobramentos dos polos já existentes—com exceção de algumas atividades específicas da indústria extrativa e das indústrias de mais baixa tecnologia. Os novos espaços desdobrados foram caracterizados como área de transbordamento sul do polígono e áreas de expansão poligonal.

Os vários espaços do polígono e entorno, sobretudo a região expandida da dorsal, incluindo as suas áreas de expansão mais a sua área de transbordamento sul, mantêm-se como os espaços de maior e diversificação industrial (presença simultânea de diferentes segmentos industriais) e maior densidade industrial (volume de municípios com QL superiores a 1). Já os eixos de expansão do polígono tendem a ser menos diversificados e mais dependentes de uma ou algumas poucas atividades. Enquanto o eixo Uberlândia–RMGO–Brasília apresenta especializações em atividades das indús-

trias de alta e baixa intensidade de tecnologia, o seu prolongamento Brasília–Belém permanece dependente da indústria extrativa e da indústria de baixa intensidade tecnológica.

O corredor Rio de Janeiro–Vitória fica restrito à indústria extrativa, com grande destaque para petróleo e gás. A diversificação diminui, ainda mais, à medida que espaços fora do polígono são focados. Manaus permanece especializada na indústria de alta, muito dependente de isenções fiscais, e o Nordeste segue com dificuldades em fazer emergir indústrias de mais alta tecnologia.

Do ponto de vista dos padrões locacionais, há tendência à maior dispersão regional e menor seletividade locacional na medida em que se passa das indústrias de mais alta intensidade tecnológica para as indústrias de média-baixa e baixa. Complementarmente, as indústrias de alta e média-alta estão mais representadas nas áreas metropolitanas, capitais e grandes cidades do que as indústrias de baixa e média-baixa. Ao fim e ao cabo, são as indústrias de mais baixa intensidade de tecnologia e a indústria extrativa, diretamente encadeadas com mercados externos, que dispõem de maior potencial desconcentrador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconheço que o artigo desenvolve argumentação e traz conclusões que, de alguma forma, contrariam parte das expectativas do debate no qual se insere. Incomoda tanto porque não assume identidade necessária entre toda e qualquer redução da participação relativa de São Paulo com desconcentração quanto porque não transfere para a análise os desejos do analista. Agora, deixa algumas questões em aberto, principalmente aquelas relativas aos condicionantes de alguns dos resultados encontrados, como 1) as poucas e marginais alterações na distribuição espacial da atividade industrial; e 2) as tendências locacionais diferenciais entre setores de maior intensidade de tecnologia vis-à-vis os setores de menor intensidade e indústria extrativa. Mais do que ver essas questões em aberto como deficiências, destaco a agenda de pesquisa que suscitam.

Uma olhadela no *amplo e espinhoso* debate sobre desindustrialização e trajetória da indústria brasileira pode ajudar a tecer hipóteses e tatear caminhos. Dado o espaço que me resta, mobilizo apenas dois trabalhos específicos. Laura Barbosa de Carvalho,³⁵ observando a década de 1990 e primeira metade da de 2000, demonstra que a transição estrutural da matriz industrial brasileira em direção à especialização se iniciou nos anos 1990, no contexto das reformas econômicas e alteração do padrão de inserção externa da economia brasileira. Além disso, se deu a partir de patamar de renda *per capita* relativamente inferior aos outros países que também realizaram tal transição e em momento

[35] Carvalho, 2010.

de baixo dinamismo da economia e do mercado interno. Resultado: reforço (especialização) nos setores com potencial exportador, como agropecuária, indústria extrativas e indústrias intensivas em recursos naturais e mão de obra.

Daniel Chaves Drach,³⁶ após uma interessante sistematização do debate sobre desindustrialização no Brasil, defende que, entre 2003 e 2013, dois fenômenos acometeram a estrutura industrial brasileira. O primeiro seria uma *industrialização negativa*, ou seja, apesar do aumento significativo do emprego industrial no período e da dinamização do mercado interno a partir de meados da década de 2000, a manufatura nacional incorreu em processo crônico de perda de eficiência produtiva e elevação dos insumos importados no processo produtivo, implicando perda de competitividade de segmentos e rarefação (ou esvaziamento) de elos das cadeias produtivas. O segundo seria uma *desprimarização positiva*, ou seja, ganhos consistentes de eficiência produtiva com substituição de componentes importados por nacionais, levando a ganhos de produtividade, fortalecimento da competitividade e, portanto, redução desses setores no emprego total.

Cada um à sua maneira, ambos os trabalhos remetem às teses da desindustrialização (esvaziamento e desmobilização de cadeias e intensificação das atividades de montagem e mistura) e reprimarização (especialização regressiva) da pauta de exportação brasileira. E, também, sugerem que o dinamismo experimentado pela economia brasileira nos anos 2000 possui relacionamento desigual com os diferentes segmentos industriais. Nesse sentido, chama a atenção a possível associação entre segmentos e atividades mais dinâmicas e desconcentração, por um lado, e segmentos e atividades menos dinâmicas e manutenção da desconcentração, por outro. Destaco que essa é uma chave bastante interessante para novas investigações, e testar os seus nexos causais, se é que de fato existem, pode constituir um bom ponto de partida. Argumento, assim, que uma forma de avançar o debate sobre desenvolvimento regional e desconcentração industrial (e produtiva) no Brasil é mediante o contato e o diálogo com outros debates em curso, por exemplo o da desindustrialização e trajetória da indústria no Brasil. Além dele, também é promissor o contato com os debates sobre desenvolvimento local, por um lado, e proximidade, território e inovação, por outro.

Interessante notar que, ao sugerir que uma forma de avançar o debate sobre desenvolvimento regional e desconcentração industrial no Brasil seja aprofundar diálogo horizontal com outras temáticas, incorro em flexibilização do *monopólio* da subárea disciplinar da economia regional sobre o tema. E, assim, aproximo-o mais de uma perspectiva pós-disciplinar, tal qual defendida por Neil Brenner,³⁷ segundo a qual não é a tradição disciplinar que delimita os

[36] Drach, 2016.

[37] Brenner, 2004.

Recebido para publicação
em 27 de outubro de 2016.

Aprovado para publicação
em 10 de março de 2017.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

108, julho 2017

pp. 107-126

problemas de pesquisas e os métodos e técnicas de pesquisa. Ao contrário, são os problemas de pesquisa, tal qual construídos, que condicionam e organizam a mobilização do ferramental teórico e metodológico das diferentes disciplinas.

ALEXANDRE ABDAL é professor do GEP/FGV-Eaesp, professor temporário do Departamento de Sociologia/FFLCH-USP e pesquisador do Cebrap. É autor do livro *São Paulo, desenvolvimento e espaço* (Papagaio, 2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdal, Alexandre. *São Paulo, desenvolvimento e espaço*. São Paulo: Papagaio, 2009.
- . “A dinâmica produtiva recente das RMs brasileiras”. In: Salerno, Mário *et al.* (Orgs.). *Inovação*. São Paulo: Papagaio, 2010.
- . *Sobre regiões e desenvolvimento: os processos de desenvolvimento regional brasileiro no período 1999-2010*. Tese (doutorado em sociologia)—Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-06102015-152922/pt-br.php>. Acesso em: 5 maio 2017.
- Abdal, Alexandre; Torres-Freire, Carlos; Callil, Victor. “A geografia da atividade econômica no estado de São Paulo”. *Estudos de Sociologia*, v. 19, n. 37, 2014.
- . “Rethinking Sectorial Typologies: A Classification of Activity According to Knowledge and Technological Intensity”. *Revista de Administração e Inovação*, v. 13, n. 4, pp. 232-241, out./dez. 2016.
- Arbix, Glauco. “Desenvolvimento regional e guerra fiscal entre estados e municípios no Brasil”. In: Guimarães, Nadya; Scott, Martin (Orgs.). *Competitividade e desenvolvimento*. São Paulo: Senac, 2001.
- . “Caminhos cruzados”. *Novos Estudos—Cebrap*, São Paulo, n. 87, 2010.
- Arbix, Glauco; Martin, Scott. “Beyond Developmentalism and Market Fundamentalism in Brazil”. Workshop on States, Development and Global governance of the Global Legal Studies Center and the Center for World Affairs and the Global Economy. University of Wisconsin-Madison, mar. 2010.
- Azzoni, Carlos. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. São Paulo: IPE-USP, 1986.
- Barbosa, Alexandre. “China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho”. In: Leão, Rodrigo Pimentel Ferreira; Pinto, Eduardo Costa; Acioli, Luciana (Orgs.). *A China na nova configuração global*. Brasília: Ipea, 2011.
- Brasil. Ministério do Trabalho. *Relação anual de informações sociais*. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>. Acesso em: 5 maio 2017.
- Brenner, Neil. *New State Spaces*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. “Brasil, sociedade nacional-dependente”. *Novos Estudos—Cebrap*, n. 93, 2012.
- Cano, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. Campinas: IE-Unicamp, 1998.
- Carvalho, Laura Barbosa de. *Diversificação ou especialização*. Rio de Janeiro: BNDES, 2010.
- Comin, Alvaro. “A economia e a cidade”. In: Comin, Alvaro *et al.* (Orgs.). *Metamorfozes paulistanas*. São Paulo: SMDU; Cebrap; Ed. Unesp; Imprensa Oficial, 2012.
- Comin, Alvaro; Amitrano, Cláudio. “Economia e emprego: a trajetória recente da RMSP”. *Novos Estudos—Cebrap*, n. 66, 2003.
- Dias, Edney. “Onde a indústria se fortalece no estado de São Paulo”. *1ª Análise—Seade*, n. 1, 2013.
- Diniz, Clélio. “Desenvolvimento poligonal no Brasil”. *Nova Economia*, v. 3, n. 1, 1993.
- . “A nova configuração urbano-industrial no Brasil”. In: Kon, Anita (Org.). *Unidade e fragmentação*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- Diniz, Clélio; Crocco, Marco. “Introdução”. In: _____ (Orgs.). *Economia regional e urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- Diniz, Clélio; Diniz, Bernardo. “ARMSP”. In: Comin, Alvaro; Somekh, Nadia (Orgs.). *Caminhos para o Centro*. São Paulo: Emurb; Cebrap; CEM, 2004.
- Drach, Daniel C. *Componentes estruturais da desindustrialização*. Dissertação (mestrado)—Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- Evans, Peter. *A trílice aliança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- Furtado, Celso. *Introdução ao desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- Haddad, Paulo Roberto (Org.). *Economia regional*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1989.
- Healey, Patsy. “City Regions and Place Development”. *Regional Studies*, v. 43, n. 6, 2010.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “Produto interno bruto dos municípios 2010-2013”. *IBGE*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010__2013/default.shtm. Acesso em: 5 maio 2017.

- Laplane, Mariano; Sarti, Fernando. "Prometeu acorrentado". In: Carneiro, Ricardo (Org.). *Asupremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.
- Lipietz, Alain. *Miragens e milagres*. São Paulo: Nobel, 1988.
- Markusen, Ann. "National Contexts and the Emergence of Second Tier Cities". In: Markusen, Ann et al. (Orgs.). *Second Tier Cities*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- Nascimento, Sidnei. "Guerra fiscal". *Economia Aplicada*, v. 12, n. 4, pp. 677-706, 2008.
- Negri, Barjas. *Concentração e desconcentração industrial em SP (1880-1990)*. Campinas: Unicamp, 1996.
- Pacheco, Carlos Américo. *Fragmentação da nação*. Campinas: IE–Unicamp, 1998.
- Saboia, João. "Descentralização industrial no Brasil na década de noventa". *Nova Economia*, v. 11, n. 2, 2001.
- _____. "A continuidade do processo de desconcentração regional da indústria brasileira nos anos 2000". *Nova Economia*, v. 23, n. 2, 2013.
- Sallum Jr., Brasílio. *Labirintos*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. "O Brasil sob Cardoso". *Tempo Social*, v. 11, n. 2, 1999.
- Torres-Freire, Carlos et al. *Conhecimento e tecnologia: atividades industriais e de serviços para uma São Paulo competitiva*. In: Comin, Alvaro et al. (Orgs.). *Metamorfozes paulistanas*. São Paulo: SMDU; Cebrap; Ed. Unesp; Imprensa Oficial, 2012.